

DISCUSSÃO DO TRABALHO DE ROBERT E. STAKE: ESTUDO DE CASO EM PESQUISA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Hermengarda Ludke*

Estou muito contente com a oportunidade de discutir este trabalho com seu autor, Robert E. Stake, sem dúvida um dos especialistas mais credenciados, no meio universitário americano, para falar sobre o papel do estudo de caso na pesquisa educacional em geral e na avaliação em particular. Ele tem refletido longamente sobre o assunto, sob o ponto de vista teórico, onde sua contribuição já está consagrada como de grande importância. A publicação de seu artigo "*O método de estudo de caso na investigação social*", no prestigioso periódico *Educational Researcher*, em 1978, constitui um marco na história do estudo de caso, algo assim como a certidão de nascimento desse método no campo dos métodos de investigação em educação. Mas, além de sua contribuição teórica, Robert E. Stake tem acumulado uma considerável experiência prática sobre o estudo de caso, decorrente, principalmente, do projeto que reúne onze casos sobre o ensino de ciências.

Explícita ou implicitamente no seu artigo, o autor toca em vários pontos fundamentais relativos a esse método, de uso já tradicional em outras ciências sociais, mas ainda bem recente em educação. Entre nós, pesquisadores em educação brasileiros, já há uma certa bulha a respeito do estudo de caso, para usar uma expressão empregada por ele (*fuss*). Portanto, não poderia ser mais oportuna esta possibilidade de discutir essas questões básicas com uma autoridade competente e respeitada. Aproveitemos . . .

O primeiro ponto que gostaria de enfatizar é o caráter natural e prático do estudo de caso, deixado claro pelo autor. O método surge oportunamente, procurando responder à exigência de melhores e mais efetivas contribuições da pesquisa para a realidade da prática educacional. O estudo de caso procura retratar naturalmente a realidade do fenômeno educacional em sua inteireza, sem depender muito de artifícios analíticos utilizados por outros métodos mais tradicionais da investigação científica. No esforço de retratar a realidade, o pesquisador dela procura se aproximar ao máximo, tanto pela sua maneira de agir durante o estudo, como pelo relato final. Este

* Da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

deverá ser em discurso menos acadêmico, mais natural, coloquial, para que as pessoas envolvidas possam não só se encontrar e se reconhecer no estudo como também encontrar contribuições para um melhor equacionamento dos problemas em questão. Situado do lado dos que trabalham efetivamente na educação e enfrentam seus problemas na rotina diária, o estudo de caso já surge com uma imagem favorável, dentro do quadro geral onde a pesquisa em educação tem sido percebida, justamente aliás, como oferecendo pouca ou longínqua contribuição para a compreensão e a solução de problemas reais. Seja bem-vindo!

Uma vez reconhecido e aclamado o caráter natural e prático do estudo de caso, faria a minha primeira questão de fato: como realizar um estudo, que demanda um tempo considerável e, sobretudo, o trabalho de um pesquisador altamente qualificado? Um pesquisador familiarizado não apenas com a prática da pesquisa mas, também, com a prática da educação e que tenha sensibilidade para perceber a realidade de maneira natural e habilidade para redigir uma comunicação que faça juz a essa percepção. Tive oportunidade de ler alguns dos estudos de caso mencionados pelo Professor Stake: são verdadeiras peças literárias. Seus autores não só dominam o que se poderia resumir por teoria educacional acumulada, mas, também, a arte de transmitir, por palavras, o resultado do confronto entre essa teoria e uma determinada instância da realidade educacional. Eles conseguem, com seu verbo, colocar o leitor dentro da situação relatada, numa posição ativa, provocando suas próprias interpretações e estimulando reações baseadas em seu próprio conhecimento acumulado. Esses autores possuem, seguramente, as duas qualidades descritas por Elliot Eisner (1979): a de *connoisseur* e a de crítico em educação.

Robert Stake forneceu-nos informações sobre o pessoal envolvido nos onze estudos de caso: nada menos do que setenta e cinco pesquisadores, onze deles de alto nível, alguns de renome internacional. Essas informações são suficientes para nos assustar. . . Nossos pesquisadores são em sua quase totalidade professores universitários e dificilmente poder-se-ia pensar no seu afastamento prolongado das obrigações acadêmicas para observar *in loco*, em tempo total, o funcionamento de uma unidade de ensino primário, por exemplo. Se o estudo de caso demanda uma observação direta prolongada, como contornar esse problema? Como enfrentar o elevado custo de composição e manutenção de uma equipe de pesquisa, por um tempo considerável, em um país cuja tradição de pesquisa educacional ainda não alcançou um nível orçamentário que outros países lastimam estar temporariamente em risco? Haverá alguma maneira de equacionar esses graves problemas de qualificação e disponibilidade do pesquisador, assim como de manutenção de uma equipe, por um prolongado período de tempo, sem comprometer a validade de um estudo de caso?

Minha segunda questão dirige-se a um outro tipo de problema, que chamaria sinteticamente de *status* metodológico do estudo de caso. Não me refiro aqui aos problemas propriamente epistemológicos, como o da validade e o da generalização, pois sei que eles serão tratados extensivamente no artigo *Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos*, publicado no presente número. Os pontos que eu gostaria de tocar aqui são menos profundos, mas não menos sensíveis.

Sendo um método de uso recente em educação, o estudo de caso está ainda abrindo caminho para firmar sua identidade entre os métodos já estabelecidos na pesquisa educacional. De certa maneira, como membro do grupo de métodos chamados etnográficos, ele vai conquistando seu espaço num movimento por vezes considerado contrário a alguns dos pressupostos que amparam os métodos mais tradicionais: por exemplo, ele privilegia o enfoque do todo, em detrimento da análise de variáveis preestabelecidas; assume a importância da subjetividade para o conhecimento científico; estimula mais o desenvolvimento de padrões sugeridos pelos próprios dados, do que a testagem de hipóteses pré-fixadas. Essas e outras características têm sido utilizadas por vezes para compor com relação ao estudo de caso uma imagem falsamente oposta, quase incompatível com os métodos quantitativos tradicionalmente usados na pesquisa educacional. Essa aparente incompatibilidade, assim como um certo mal-entendido a respeito da análise qualitativa, tem levado alguns membros da comunidade acadêmica, tanto professores como estudantes de pós-graduação, a encarar, um pouco ingenuamente, o estudo de caso como um método mais fácil de fazer pesquisa em educação. Muita coisa tem sido rotulada de estudo de caso sem merecer. Isso pode contribuir para dificultar seu reconhecimento e aceitação plena como método legítimo de investigação

científica em educação. A falta de informações, de especialistas e de experiências a respeito, entre nós, também ajuda a retardar esse reconhecimento.

Uma das dificuldades mais comuns entre os nossos estudantes de pós-graduação, e mesmo entre pesquisadores mais experimentados, é a integração entre métodos de análise quantitativa e qualitativa. Outra dificuldade séria é a própria preparação específica do pesquisador para a análise qualitativa. Enquanto os manuais de pesquisa são bastante pródigos a respeito dos métodos quantitativos, há uma grande exigüidade de material bibliográfico sobre análise qualitativa. Todos esses fatores fazem com que, por exemplo, um estudante de pós-graduação hesite muito antes de assumir seriamente a decisão de fazer sua dissertação baseada em estudo de caso. Decisões precipitadas a respeito podem acarretar conseqüências negativas para o trabalho do estudante e para a própria evolução dos métodos de pesquisa em educação entre nós.

Minha terceira questão dirige-se diretamente ao que chamarei de problemas teórico-práticos. Stake faz uma sugestão concreta para a orientação do trabalho do pesquisador, ao enfrentar o desafio da confrontação entre teoria e realidade investigada. Ele sugere como guias três aspectos chave do estudo de caso: o estabelecimento rigoroso de limites para o caso, as questões básicas (*issues*) e a busca de padrões emergentes dos dados.

A importância evidente desses três aspectos não basta, infelizmente, para garantir sua fácil execução no trabalho prático da pesquisa. Como, por exemplo, estabelecer limites para o caso, que assegurem ao mesmo tempo sua exeqüibilidade e sua validade aos olhos da comunidade acadêmica? Que critérios devem ser usados para pensar e justificar esses limites? Devem prevalecer as questões de custo, duração, disponibilidade de pessoal, ou as de interesse científico mais específico? Quem deve ser ouvido na tomada de decisões sobre os limites do caso: os envolvidos no estudo ou os que o financiam? Em que ordem? Como estabelecer uma equação satisfatória entre o desejado e o possível, sem comprometer o interesse científico?

O problema dos limites do caso parece-me extremamente importante, pois eles irão ao mesmo tempo estabelecer e limitar responsabilidades, oferecendo ao pesquisador mais segurança para seu trabalho. Mas como estabelecer esses limites, parece-me ainda bastante nebuloso. Possivelmente essa, e outras questões, só serão respondidas efetivamente com a prática.

Com relação às questões básicas e aos padrões decorrentes dos próprios dados, acho que temos muito o que aprender com alguns mestres da sociologia e da antropologia, como Howard Becker e Anselm Strauss. Apoiadas por uma bem estabelecida tradição de análise qualitativa e de interpretação, essas ciências já atingiram um nível de produção que a pesquisa em educação está longe de alcançar. Mais familiarizados, em geral, com o tratamento com números, os pesquisadores em educação sentem-se inseguros para dar o salto além deles e tratar com outro tipo de informações. Isto é particularmente visível no campo da avaliação, onde os pesquisadores recebem, em geral, um treinamento fortemente apoiado em análises quantitativas. Urge superar o falso conflito entre análises quantitativas e qualitativas e desenvolver métodos que realmente procurem responder às necessidades sentidas pelos que trabalham em educação e querem melhorá-la. O estudo de caso será certamente um desses métodos.

Finalmente, gostaria de trazer à discussão, ainda que muito brevemente, um aspecto a que é particularmente sensível o pesquisador brasileiro, em confronto com o americano. Trata-se do componente político da avaliação. Em geral, preocupamos-nos muito com as conseqüências políticas, em sentido amplo, do exercício da avaliação. Tememos que venham a representar um elemento a mais para a manutenção de uma situação educacional profundamente injusta, em que apenas alguns poucos logram receber o quinhão de educação que deveria caber a todos. Este é um desafio sentido constantemente pelos que refletem criticamente sobre o papel da avaliação e se preocupam em desenvolvê-la de maneira a, pelo menos, não acentuar o quadro de extrema seletividade do sistema educacional brasileiro.

A chegada de um novo método em avaliação, como é o estudo de caso, é sempre acompanhada por um questionamento sob o ponto de vista político: não se tratará de mais um instrumento importado de um contexto cultural diferente e que poderá agir no sentido de que tudo continue como está, isto é, para a conservação da situação atual?

Minha perspectiva pessoal sobre o assunto é francamente esperançosa. Ao privilegiar a visão do todo e estimular o uso da interpretação pessoal, o estudo de caso permite ao pesquisador ir além do que a simples apresentação de dados numéricos permitiria. O pesquisador é instado a integrar esses dados numa perspectiva muito mais ampla, composta por sua própria experiência em educação e o contexto onde o caso se situa. Sua prática educacional e seu conhecimento de teoria educativa, aliados à sua capacidade de interpretação e à habilidade de comunicação serão integrados na elaboração de um quadro coerente a respeito de uma determinada instância da realidade educacional. Esta não será apenas representada por um conjunto de tabelas, com dados significativos ou não, mas por um relato que, embora de cunho pessoal, se preocupará em transmitir uma imagem total do fenômeno estudado. O leitor receberá o relato e a interpretação desse fenômeno e naturalmente acrescentará suas próprias interpretações. Será assim talvez possível conferir à avaliação seu pleno sentido educacional, histórico e político.

Parece-me que o estudo de caso representa uma possibilidade concreta para o avaliador assumir um papel mais ativo e mais à altura da sua competência educacional. Mas esta é apenas a minha opinião.

REFERÊNCIAS

- EISNER, E.W. (1979). *The Educational Imagination*, Macmillan Publ., New York.
- STAKE, R.E. (1978). The Case Study Method in Social Inquiry, *Educational Researcher*, vol. 7, nº 2, February, Publ. American Educational Research Association.